



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS  
CAMPUS ERECHIM  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LILIANE ANDRESSA BEUX

AS RELAÇÕES ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA INFANTIL.

ERECHIM  
2017

LILIANE ANDRESSA BEUX

AS RELAÇÕES ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA INFANTIL.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

Orientadora: Ma Flávia Burdzinski de Souza

ERECHIM  
2017

**PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas**

Beux, Lilliane Andressa  
As relações entre a família e a escola infantil/  
Lilliane Andressa Beux. -- 2017.  
52 f.

Orientadora: Flávia Burdzinski de Souza.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Pedagogia , Erechim, RS , 2017.

1. Educação infantil. 2. Família. 3. Desenvolvimento da criança. I. Souza, Flávia Burdzinski de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**LILIANE ANDRESSA BEUX**

AS RELAÇÕES ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA INFANTIL.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

Orientadora: Ma Flávia Burdzinski de Souza

Aprovado em: 11/12/2017.

BANCA EXAMINADORA



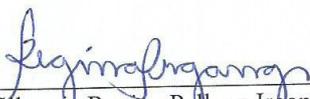
---

Ma Flávia Burdzinski de Souza (UFFS)



---

Prof.ª Doutora Ivone Maria Mendes Silva(UFFS)



---

Ma Sylvania Regina Pellenz Irgang (SMED/Erechim)

Dedico este trabalho aqueles que assim como eu acreditam que uma educação de qualidade pode transformar o mundo e vê a família como importante aliado nesse processo.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por ter me permitido viver esse momento que faz parte da minha formação inicial como profissional da educação, aos meus familiares e amigos e a essa universidade que sempre esteve de portas abertas para todos.

A minha família, meus pais Zeli Antônio Beux, e Edilamar M. D. Beux, meu namorado Diego A. Campagna e meus amigos por toda ajuda e incentivo a fim de alcançar o tão sonhado objetivo, me apoiando nos momentos em que os desafios pareciam não ter saída.

Aos professores, que não mediram esforços em nos passar todos os seus conhecimentos e bagagens de experiências fundamentais nesse processo de ensino e aprendizagem, permitindo que sempre tenhamos autonomia e sejamos sujeitos críticos nesta longa caminhada.

Nestes cinco anos de graduação conheci pessoas que jamais serão esquecidas, amigas de verdade que não se encontram em qualquer lugar, juntas demos risadas, pensamos em desistir quando parecia que nos afogariamos de trabalhos, mas principalmente juntas superamos todas as dificuldades e aqui estamos prestes a nos formar e fazer deste dia um dia inesquecível em nossas vidas.

Agradeço a minha orientadora que sempre se mostrou disposta a me ajudar em todas as vezes que foi solicitada, demonstrando que o empenho e profissionalismo são peças fundamentais para o sucesso. A ela, que com toda sua trajetória como professora busca dia-a-dia mais aperfeiçoamento para ser ainda melhor como pessoa e como profissional.

É na educação dos filhos que se revelam as virtudes dos pais.

Coelho Neto

## RESUMO

Considerando a educação infantil uma importante etapa no desenvolvimento da criança, o presente trabalho intitulado como: As relações entre a família e a escola infantil, tem como objetivo compreender como a parceria entre família e escola colabora no processo de desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. Busca-se entender como ocorre a participação dos pais nas escolas de seus filhos e de que forma a escola organiza e prioriza essa parceria, visto que nos referenciais teóricos encontramos o quão importante é esta parceria para o desenvolvimento integral das crianças. Para elaboração da presente pesquisa, foi utilizada uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com produção de dados a partir dos questionários. Na pesquisa bibliográfica, buscou-se em obras, artigos, dissertações e teses levantar referencial teórico sobre os temas desenvolvidos. Os questionários foram organizadas com um questionário composto de cinco questões abertas, a fim de compreender como os/as professores/as vêem a parceria entre a escola e a família. Os/as participantes são atuantes em escolas infantis dos municípios de Aratiba-RS, Erechim-RS e Barão de Cotegipe-RS, e participaram da pesquisa assinando o Termo de consentimento. Com a pesquisa foi possível concluir que os/as professores/as estão cientes da importância de se manter essa relação, entretanto a participação é um tanto limitada e não frequente, podendo ser destacado principalmente nas datas comemorativas, entregas de avaliações ou via agenda escolar. Compreendendo tal importância, o diálogo entre as partes se faz uma importante ferramenta, levando em consideração que se trata de duas instituições de ensino distintas com os mesmos objetivos em comum: a formação integral das crianças. As famílias têm o direito de saber o que acontece dentro da escola, e também podem contribuir na elaboração dos projetos, sendo esta uma maneira de estar mais próximo da vida escolar das crianças e traçar em conjunto o desenvolvimento das crianças.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Família; Desenvolvimento da criança.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE AS FAMÍLIAS E AS CRIANÇAS.....</b>	<b>16</b>
2.1 HISTÓRIA DO SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS INFANTIS .....	22
<b>3. PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA .....</b>	<b>29</b>
<b>4. REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: OLHARES DE PROFISSIONAIS SOBRE A ESCOLA INFANTIL.....</b>	<b>37</b>
4.1 FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCATIVO .....	38
4.2 ESCOLA E PARCERIA COM AS FAMÍLIAS .....	40
4.3 AÇÕES ESCOLARES PARA DESENVOLVER A PARCERIA.....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICE 1 .....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICE 2 .....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

Historicamente, as escolas infantis no Brasil surgiram com base em um caráter assistencialista, que buscava substituir o cuidado das mães que por sua vez precisavam trabalhar. Posteriormente, tendo em vista sua importância para a sociedade e para as crianças, com muita luta buscou-se garantir que a educação (de qualidade) fosse um direito de todos, inclusive das crianças desde a mais tenra idade. Compreendendo que a educação infantil é uma importante etapa no desenvolvimento das crianças, esta pesquisa investiga as relações entre a família e a escola infantil, ressaltando a fundamental parceria para o desenvolvimento integral das crianças.

As problemáticas que nortearam a investigação desse trabalho de conclusão de curso foram: Qual a importância da parceria entre família e escola infantil? De que maneira a escola infantil organiza a parceria com as famílias? Pois o desejo esteve em compreender como a parceria entre família e escola colabora no processo de desenvolvimento das crianças da Educação Infantil. Por isso, o presente trabalho justifica-se de forma a entender como ocorre a participação da família nas escolas de seus filhos e de que forma a escola organiza ou não esta parceria.

Nos referenciais teóricos recentes, encontramos o quão importante é esta parceria para o desenvolvimento integral das crianças, já que na história da humanidade levou-se um tempo para compreender que as crianças têm sentimentos, são sujeitos históricos e de direitos, que fazem parte da sociedade em que estão inseridas, pois durante muito tempo foram vistas com indiferença e tratadas como adultos em miniatura.

Para elaboração do presente trabalho foram utilizados autores que tratam dos referidos assuntos, entre os autores pode-se citar Philippe Ariès, Gianfranco Staccioli, Gilda Rizzo, Paulo Freire, entre outros, também foram utilizados os documentos normativos que asseguram os direitos das crianças a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961, 1971, 1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, além das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Todos os autores e documentos tem fundamental importância para a escrita deste trabalho, dando maior credibilidade a pesquisa a esse texto e as informações contidas neste trabalho.

A família e a escola têm objetivos diferentes em relação à educação, entretanto, pode-se assegurar que ambas estão interligadas quando diz respeito ao desenvolvimento integral da

criança, embora saibamos que os desafios de aprendizagem dos alunos não se dão no vazio, pois o contexto em que as mesmas são inseridas deve ser levado em consideração, busca-se neste trabalho, mostrar o quão importante para o desenvolvimento escolar é a participação das famílias na escola, tanto a escola quanto a família precisam caminhar em prol de um mesmo objetivo.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Compreendendo assim a Educação como um direito de todos, o Estado tornou obrigatória a oferta e matrícula dos 4 aos 17 anos, desde o ano de 2009, por meio de uma ementa constitucional.

A visão da educação infantil evoluiu muito com o passar dos anos, hoje, busca-se não só o cuidado com a criança, mas também, o brincar e educar de forma a proporcionar ao sujeito inserido na educação infantil o desenvolvimento de todas as suas linguagens, podendo compreender o mundo que o cerca e sendo parte integrante de sua transformação.

A estruturação deste trabalho se dá da seguinte maneira, inicialmente apresenta-se a metodologia utilizada para a execução de tal pesquisa, baseada em uma pesquisa de campo, utilizando-se de um questionário com cinco questões abertas. Os/as participantes são professores/as atuantes em turmas de educação infantil nos municípios de Aratiba, Erechim e Barão de Cotegipe, localizados no Estado do Rio Grande do Sul.

Após será abordado o contexto histórico da criança, trazendo referenciais teóricos que discutem sobre as mudanças ocorridas e buscando compreender o caráter histórico da concepção de criança na sociedade, visto que por muito tempo as crianças eram vistas apenas como adultos em miniatura. Posteriormente o trabalho discorre sobre o surgimento das primeiras escolas infantis, contextualizando historicamente as visões assistencialistas e preparatórias.

No capítulo 3 deste trabalho, será apresentada a parceria entre família e escola. Nesta seção, falaremos sobre a família e a escola como duas instituições de ensino distintas, entretanto com objetivos em comum, visando a parceria ente as partes como ferramenta importante no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Na análise dos resultados serão apresentadas as respostas obtidas nos questionários com os/as professores/as, associando aos referenciais teóricos utilizados para esse trabalho.

Com base nas leituras feitas e nas respostas obtidas nos questionários, pode-se concluir e confirmar a importância da parceria entre as partes, destacando que nas escolas

participantes a presença das famílias se faz de forma esporádica. Ao final do trabalho encontram-se as referências bibliográficas utilizadas, dando maior credibilidade e confiança a quem lê esta pesquisa, sem as mesmas não teria sido possível dar corpo a este trabalho.

## 1. PERCURSO METODOLÓGICO

O início de um projeto de pesquisa sempre parte de um planejamento, pois segundo Moreira e Caleffe (2008), esse procedimento determinará o que pesquisar, como produzir os dados e como analisá-los. Para tal, esta seção apresenta os três momentos que fizeram parte do desenvolvimento da pesquisa.

Inicialmente, foi realizado o referencial teórico do trabalho, a partir de uma pesquisa bibliográfica, trabalho fundamental para compor a estrutura teórica sobre o tema escolhido. Para isso, as categorias de pesquisa foram: história da educação infantil, história social da infância e da família, contexto atual e político da educação infantil, parceria e relação entre família e escola.

Elaborar um trabalho que envolve pesquisa e interpretação de dados requer muita leitura de obras, artigos e pesquisas para aprofundar os conhecimentos em relação ao tema proposto, o que exige comprometimento e esforço de quem pesquisa. Neste sentido, destacam-se as ideias de Deslandes: “Um projeto é fruto do trabalho vivo do pesquisador. Para isso, ele vai precisar articular informações e conhecimentos disponíveis (...), usar certas tecnologias (...), empregar sua imaginação e emprestar seu corpo ao esforço de realizar a tarefa” (2012, p. 31).

Severino (2007, p.122) argumenta que “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.” Por meio do levantamento bibliográfico, é possível ter mais clareza do que será trabalhado, buscando estabelecer uma estrutura para tal pesquisa, localizando e sintetizando trechos pertinentes para uma análise mais crítica e profunda sobre o assunto em questão.

Além de textos e obras impressas, a internet se faz uma importante ferramenta de pesquisa, nela podemos encontrar muitos materiais ricos em conteúdos, estando ao acesso de todos em qualquer momento. Ao se referir a este meio de comunicação como fonte de pesquisa, Severino (2007, p. 136) afirma que “(...) tornou-se uma indispensável fonte de pesquisa para os diversos campos de conhecimento, (...) pode ser acessado por todos, (...) graças à sofisticação dos atuais recursos informacionais e comunicacionais acessíveis no mundo inteiro”.

Em um segundo momento foi realizado uma pesquisa de campo. Esta pesquisa se desenvolveu por meio da produção de dados oriundos de um questionário com profissionais que atuam na educação infantil, foi composta de um questionário com perguntas abertas (questões descritivas), em que foi possível ser analisada como acontece à parceria entre a escola infantil com as famílias.

O questionário<sup>1</sup> composto por questões abertas permite que os sujeitos participantes da pesquisa coloquem com suas palavras os seus conhecimentos sobre o tema em questão. Severino (2007, p. 125) pontua questionário como um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”. As questões que compuseram o questionário foram: 1) Como a escola mantém a parceria com a família das crianças que a frequentam? 2) Você como profissional da educação, considera importante a participação da família no processo educativo das crianças? 3) Sabendo da importância de conhecer a realidade das crianças, quais ações são desenvolvidas pela escola para efetivar esse ponto? 4) Como os pais reagem ao ser solicitada sua presença na escola? 5) Como a escola analisa a parceria com a família no desenvolvimento do processo educativo?

O questionário contou com a participação de sete professores/as de escolas de Educação Infantil das cidades de Aratiba, Erechim e Barão de Cotegipe, localizadas no estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que a intenção inicial da pesquisa era abranger um número maior de profissionais da área, porém, não se obteve devolutiva de algumas pessoas contatadas. O material produzido foi utilizado para uso desta pesquisa, não havendo intervenção.

Na pesquisa de campo, o objetivo/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (SEVERINO, 2007, p.123).

Para autorização da pesquisa de campo, elaborou-se um Termo de Consentimento Informado<sup>2</sup>, em cumprimento à Resolução nº 466 de 12 de Dezembro de 2012, que define as diretrizes e normas de pesquisa envolvendo seres humanos, nos termos do item II. 23:

---

<sup>1</sup> O questionário usado na pesquisa encontra-se no apêndice deste trabalho.

<sup>2</sup> O modelo deste termo encontra-se no apêndice deste trabalho.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou seu representante legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar (BRASIL, 2012, p. 59).

Quando na pesquisa envolver seres humanos é importante que tudo esteja dentro das exigências éticas, ficando claro todas as informações envolvidas na pesquisa, para que futuramente sejam evitados possíveis constrangimentos.

De modo geral, ocorreu um contato inicial com todas as participantes para saber se havia o interesse em participar da pesquisa, a partir do aceite foram procuradas de maneira formal com o termo de consentimento livre e esclarecido e o questionário impresso para obter as respostas. Por se tratar de perguntas abertas optou-se por deixar o questionário com as participantes e procurá-las posteriormente para o recolhimento.

Num terceiro momento, após o recolhimento dos questionários, a produção de dados foi analisada e refletida, a fim de confirmar ou não as hipóteses iniciais e também realizar relações com o que está no referencial teórico utilizado para elaboração da pesquisa. Os resultados têm fundamental importância para que reflita sobre a importância dessa parceria e se analise como vem sendo feita, dessa forma podendo ser objeto de estudo ampliando a teoria.

Visto que, para execução de um trabalho é preciso empenho e muitas leituras, a escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC) não se faz diferente. Severino argumenta que “o Trabalho de Conclusão de Curso [...] constitui uma iniciativa acertada e de extrema relevância para o processo de aprendizagem dos alunos” (SEVERINO, 2007, p. 202).

Para ter argumentos e analisar os questionários propostos, foi preciso compreender todo contexto histórico relacionado à criança e sua inserção na sociedade, desde a idade média até a modernidade, bem como a essencial parceria entre família e escola. Essa pesquisa colaborou muito “como vivência de produção de conhecimento, contribui significativamente para uma boa aprendizagem” (SEVERINO, 2007, p. 202).

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE AS FAMÍLIAS E AS CRIANÇAS

Compreender o caráter histórico da concepção de criança na sociedade é essencial para compreender a mudança social na parceria entre a escola e a família. Portanto, este capítulo tem como objetivo realizar uma retrospectiva no tempo e compreender que a visão sobre a criança, a infância e a família mudaram ao longo dos anos, adquirindo maiores cuidados e estudos sociais, políticos, psicológicos e educacionais.

Philippe Ariès aborda em seu livro “História Social da Criança e da Família”, que “até por volta do século XII, à arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. [...]. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (2011, p. 17). O autor argumenta que socialmente não havia uma preocupação com o desenvolvimento infantil, fato esse retratado através das pinturas que representavam as crianças desta época. A arte deixava claro as características adultas, reproduzidas nos rostos e vestimentas das crianças apenas em tamanho menor que os adultos “[... ] nunca era o modelo de um retrato, de um retrato de uma criança real, tal como ela aparecia num determinado momento da vida” (ARIÈS, 2011, p 21).

Um exemplo desta visão sobre a criança pode ser percebida na obra “*Louis-Antoine de Bourbon, Duc d’Angouleme*”, de *Joseph Boze* (1785). Nesta imagem fica evidente que as crianças eram tratadas como adultos em miniatura, a forma como eram vestidas e o cabelo eram típicos do século XVIII.



“*Louis-Antoine de Bourbon, Duc d’Angouleme*”<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup>Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/478155685414789314/?lp=true>.

Pela forma como as crianças eram vestidas, percebe-se a diferença com que as crianças eram concebidas e tratadas, “o traje da época comprova o quanto a infância era então pouco particularizada na vida real” (ARIÈS, 2011, p. 32).

Ariès afirma que a criança até a idade moderna não tinha tempo para ser criança. Logo que nascia, a criança era enrolada em tecidos chamados de cueiros, para que pudesse adquirir uma forma "padronizada", ou seja, um corpo ereto e “perfeito”. Depois de deixar os tecidos que enrolavam seu corpo, era inserida na vida dos adultos:

Assim que a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno de se corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição. Para nós é difícil imaginar essa confusão, nós que durante tanto tempo usamos calças curtas, hoje sinal vergonhoso de uma infância retardada (ARIÈS, 2011, p. 32).

Por volta do século XVI, as crianças passaram a usar trajes correspondentes a sua idade, a forma com que muitas eram vestidas correspondia à classe social em que estavam inseridas, as roupas custavam caro e nem todos tinham condições de comprá-las. As roupas representavam a classe social e por meio das leis suntuárias<sup>4</sup> tentavam economizar, “o luxo do vestuário, que arruinava alguns e permitia a outros dissimular seu estado social de nascimento” (ARIÈS, 2011, p. 38).

Conforme Ariès houveram muitas mudanças em relação às vestimentas das crianças, entretanto essas mudanças foram visíveis somente nas famílias com maior poder aquisitivo.

As crianças do povo, os filhos dos camponeses e dos artesãos, as crianças que brincavam nas praças das aldeias, [...]. Elas conservaram o antigo modo de vida que não separava as crianças dos adultos, nem através do traje, nem através do trabalho, nem através dos jogos e brincadeiras. (ARIÈS, 2011, p. 41).

Essa diferenciação, firmada de acordo com a classe social, persistiu por anos. No fim do século XVI, a criança passou a ser reconhecida como tal podendo também ter seu traje particular, porém, ao se tratar de crianças pobres, usavam roupas que ganhavam ou ainda de segunda mão (segunda linha). “Durante o século XVIII, essa evolução se interrompeu e fixou-se em consequência de um afastamento moral mais acentuado entre os ricos e os pobres [...]”. (ARIÈS, 2011, p. 40).

---

<sup>4</sup>Leis que regulavam e reforçavam as hierarquias sociais e os valores morais através de restrições quanto ao gasto com roupas, alimentos e bens de luxo. (GODART, 2010 p.28, apud ROCHA, 2015 p. 27)

As crianças eram, talvez, seres tão insignificantes que morriam em grande número e os familiares pareciam não demonstrar desespero.

Não se pensava como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem. Elas morriam em grande número. [...] Essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época. [...] Não nos devemos surpreender diante dessa insensibilidade, pois ela era absolutamente natural nas condições demográficas da época (ARIÈS, 2011, p.22).

As crianças, desde que nasciam, eram inseridas no mundo dos adultos, realizando atividades sem distinção da faixa etária, motivo este pelo qual se justifica a citação acima, essas não eram tidas como um ser que necessitava de cuidados e carinho, e sim, um ser que deveria se adequar as regras da época em questão.

Como se pode perceber, por muito tempo as crianças foram tratadas com indiferença, eram vistas como adultos em miniatura, as crianças vestiam roupas que “comprova o quanto a infância era tão pouco particularizada na vida real”.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia nos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se numerosos e significativos a partir do século XVI e durante o século XVII. (ARIÈS, 2011, p. 28).

Mesmo quando houve o reconhecimento das crianças como parte integrante da sociedade, ainda era forte o preconceito existente entre as crianças negras, brancas e indígenas. Fuly e Veiga (2012, p.87) afirmam que “às crianças da elite, filhas dos senhores, era dada a oportunidade do estudo, às outras, o trabalho e também serviam como entretenimento das famílias brancas”.

Nesse processo de reconhecimento das crianças é importante salientar que existem diferenças entre criança e infância, o termo criança sempre existiu, entretanto não eram reconhecidas como tal perante o grupo social que estavam inseridas, já a infância é uma categoria reconhecida recente, sendo esta diferenciada da vida adulta.

Foi ao longo dos últimos séculos que a ideia da infância como período separado e diferenciado da idade adulta emergiu. Essa separação e a polarização propiciaram, por um lado, a valorização do pensamento de proteção das crianças, como a defesa contra a exploração pelo trabalho ou o abuso sexual, mas, ao mesmo tempo, constituiu um controle, às vezes excessivo, sobre as crianças. (BARBOSA, 2009, p. 25).

Nesse período, além da forma como as crianças eram tratadas perante os adultos é importante salientar que a constituição das famílias também era diferente do que é hoje. As

crianças desde cedo saíam da casa de seus pais para trabalhar, tornando essa relação distante, era pensado na mão de obra existente ali, “a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (ARIÈS, 2011, p. 158).

Até darmos início ao século XXI, ao falar em família, o modelo tradicional prevalecia, sendo constituído por pai, mãe e filhos (as). Hoje as estruturas familiares se modificaram de modo que uma criança pode viver somente com pai ou com a mãe, ou sob os cuidados dos avós, ou com dois pais ou duas mães, entre outras composições, “visões mais atualizadas sobre a instituição familiar propõem que se rejeite a ideia de que exista um único modelo” (BRASIL, 1998, p.74).

A educação que as crianças recebiam na idade média estava relacionada ao serviço doméstico, por volta de sete ou oito anos as crianças deixavam suas casas para trabalhar nas casas de outras pessoas, julgava-se que estas crianças vindas de outros lugares serviriam melhor as pessoas do que se tratando de seus próprios filhos. “A criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais que nessa época não havia [...] limites entre a profissão e a vida particular” (ARIÈS, 2011, p. 156).

[...] toda a educação se fazia através da aprendizagem, e dava-se a essa noção um sentido muito mais amplo do que ela adquiriu mais tarde. As pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contato, para que elas morassem e começassem suas vidas [...] (ARIÈS, 2011, p. 156-157).

Visto que a educação era dada por meio de ensinamentos informais realizados em casa de outras famílias, passados de geração pra geração, em que eram transmitidos conhecimentos para as crianças já que as mesmas tinham participação na vida dos adultos, a escola não fazia parte da vida de todas as crianças, sendo frequentada apenas por clérigos. Por volta do século XV à realidade pouco a pouco foi sendo mudada, a escola passou a ser frequentada pelas crianças e a educação se dava nesse espaço. “A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto” (ARIÈS, 2011, p. 159).

Mesmo com o aumento das escolas em que muitos puderam frequentá-la, ainda assim uma parcela das crianças continuava sendo educada em casa, esta diz respeito às meninas. “Durante muito tempo, as meninas seriam educadas em casa pela prática e pelo costume, mais do que pela escola, e muitas vezes em casas alheias” (ARIÈS, 2011, p. 160).

Antes de mais nada havia as meninas. Com exceção de algumas, que eram enviadas às “pequenas escolas” ou a conventos, a maioria era educada em casa, ou também na

casa de outras pessoas, uma parenta ou vizinha. A extensão da escolaridade às meninas não se difundia antes do século XVIII e início XIX. (ARIÈS, 2011, p, 160).

O resultado dessa evolução em relação às escolas foi permitindo que aos poucos as crianças fossem ocupando seu espaço e sendo respeitadas como seres que possuem sentimentos. “A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados” (ARIÈS, 2011, p. 159).

Entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, a criança havia conquistado um lugar junto de seus pais, lugar este que não poderia ter aspirado no tempo em que o costume mandava que fosse confiada a estranhos. [...] A criança tornou-se um elemento indispensável da vida quotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro (ARIÈS, 2011, p. 189).

Com o passar dos anos muita coisa mudou, hoje em dia as crianças passaram a ter seus direitos e deveres garantidos pela lei, se antes eram vistas com indiferença hoje fazem parte da sociedade e membro importante na família, onde deve permanecer recebendo amor e carinho.

A Convenção sobre os direitos das crianças, afirma em seu artigo 7 que:

1. A criança será registrada imediatamente após seu nascimento e terá o direito desde o momento em que nasce a um nome, a uma nacionalidade e na medida do possível, a conhecer seus pais e a se cuidada por eles.
2. Os Estados Partes zelarão pela aplicação desses direitos de acordo com sua legislação nacional e com as obrigações que tenham assumido em virtude dos instrumentos internacionais pertinentes, sobretudo se, de outro modo, a criança se tornaria apátrida (BRASIL, 1990).

Os direitos vão além de somente ser registrado, ganhando um nome e uma nacionalidade, poder ficar com a família e ter voz e ser ouvido, são direitos infantis que começam a ser adquiridos. Em relação à escola também se obteve muitas mudanças que visam o bem estar das crianças e a garantia de que estas possam viver em sociedade de forma livre, buscando formar cidadãos críticos capazes de questionar e opinar sempre que necessário.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, podemos perceber que a lei é igual para todas as crianças e adolescentes. O artigo 53 pontua que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;  
 III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;  
 IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;  
 V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.  
 Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990).

Conforme a citação acima compreende-se que, tanto a criança quanto o adolescente, tem os mesmos direitos assegurados por lei, nesse sentido cabe a escola e a família a responsabilidade de que esses direitos possam ser garantidos em um contexto em que o sistema educacional priorize uma educação de qualidade.

De acordo com a Convenção sobre os direitos da criança, em seu Artigo 17 afirma que:

Os Estados Partes reconhecem a importância da função exercida pelos órgãos de comunicação social e asseguram o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas, nomeadamente aqueles que visem promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, assim como a sua saúde física e mental. Para esse efeito, os Estados Partes devem: a) Encorajar os órgãos de comunicação social a difundir informação e documentos que revistam utilidade social e cultural para a criança e se enquadrem no espírito do artigo 29.o; Artigo 29 1. Os Estados Partes acordam em que a educação da criança deve destinar-se a:

- a) Promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicos na medida das suas potencialidades;
- b) Inculcar na criança o respeito pelos direitos do homem e liberdades fundamentais e pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;
- c) Inculcar na criança o respeito pelos pais, pela sua identidade cultural, língua e valores, pelos valores nacionais do país em que vive do país de origem e pelas civilizações diferentes da sua;
- d) Preparar a criança para assumir as responsabilidades da vida numa sociedade livre, num espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade entre os sexos e de amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e com pessoas de origem indígena;
- e) Promover o respeito da criança pelo meio ambiente (BRASIL, 1990).

Ao analisar a citação e refletir sobre a mesma, notamos que ao se tratar da educação da criança, a mesma é pensada de forma a garantir que todos os aspectos sociais sejam contemplados, objetivando formar cidadãos críticos e pensantes no mundo em que estão inseridos, visando o bem estar da criança em todos os sentidos.

Na escola muitas crianças tem seu primeiro contato com o coletivo, ou seja, adultos e crianças que até então não faziam parte do seu convívio, nesse momento é normal que se tenha um estranhamento, se formos analisar como vivem as crianças hoje em dia certamente diremos que estão inseridas em muitos recursos comunicativos, de entretenimento e tecnologia, o que de certa forma vem distanciando ainda mais as crianças de atividades físicas

e dificultando a tarefa dos professores que precisam incluir tais crianças em experiências reais.

A vida “virtualizada” das nossas crianças tem implicações educativas. A escola torna-se um tipo de reserva de índios em que se tutelam experiências diretas das crianças, sejam estas corporais ou mentais. A escola da infância tem, mais do que nunca, uma tarefa fundamental: garantir á criança a oportunidade de vivenciar muitas experiências reais, imediatas, diversificadas, complexas e globais. Mais do que nunca, é preciso propiciar uma vida de crianças inteiras e verdadeiras, oferecendo espaço para planejar, fazer, desfazer, encontrar, entrar em conflito, reelaborar e brincar em todos os ambientes, externos e internos (STACIOLLI, 2013, p. 18).

Diante deste novo momento em que vivemos em relação às tecnologias, Staciolli afirma que “temos de organizar e gerenciar, mas não superprogramar. Devemos tentar ouvir, encontrar, acolher, de fato, a infância de modo aberto, como se ela mesma fosse uma etnia diferente, digna de todo nosso interesse e respeito” (STACIOLLI, 2013, p. 18-19). A infância como uma construção histórica, apresenta uma diversidade, pois cada criança vem de um contexto histórico singular, umas tiveram acesso a determinada cultura e valores que não necessariamente fizeram parte da vida de uma outra, por isso é conveniente tratar do termo no plural: infâncias. Hoje a criança deve ser vista como um ser humano que demanda cuidados específicos, porém, não deve ser considerada como um ser passivo ou incapaz, mas sim, como um sujeito ativo e protagonista em sua própria construção do conhecimento.

## **2.1 HISTÓRIA DO SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS INFANTIS**

Fazendo um retrospecto na história da educação, veremos que o Brasil já passou por problemas bem sérios com relação ao abandono de crianças, esse tipo de problema era pouco visto nas áreas rurais, já que os pais precisavam da mão de obra para o trabalho. Conforme Santos (2007, p.28):

O abandono não se dava apenas por falta de condições materiais para o sustento desses pequenos seres, mas também por outras situações que levavam as mulheres a abandonar seus filhos. A causa estava sempre ligada a dois eixos principais: a moralidade vigente e a miserabilidade.

Para amenizar os problemas em relação ao abandono, criou-se a roda dos expostos, o funcionamento se dava de modo que a criança era colocada dentro de uma roda que girava, adentrando no espaço da instituição destinada ao acolhimento. “A primeira roda dos expostos se deu na cidade de Salvador, na Bahia, no ano de 1726. O acolhimento e a assistência às

crianças abandonadas se estabeleceram como função das Santas Casas de Misericórdia [...]” (SANTOS, 2007, p.29).

As crianças que na roda eram expostas, geralmente eram filhas de mães solteiras ou frutos de relacionamentos proibidos.

As crianças eram sempre filhas de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado; as pobres precisavam de seus filhos para ajudar no trabalho, e dos filhos das escravas precisavam os senhores abastados (RIZZO, 2010, p. 37).

No decorrer da história da humanidade as crianças eram pouco valorizadas, conviviam juntamente com os adultos sem diferenciação na forma de tratamento. Desde o surgimento das escolas infantis até os dias atuais muito se evoluiu. Antigamente o abandono de crianças era bastante freqüente, conforme Fuly e Veiga (2012, p.89):

Com a grande urbanização brasileira, surge um problema grave a ser resolvido: muitas eram as crianças abandonadas. Surge então, em 1832 no Rio de Janeiro, a primeira instituição de amparo a crianças abandonadas, conhecida no Brasil como “roda do exposto ou do enjeitado”, com a real intenção de esconder a vergonha da mãe solteira.

Com a implantação das indústrias, o aumento da mão de obra se fez necessário, fazendo com que as mulheres deixassem seus lares para trabalhar. Diante disto criou-se outro problema, que seria onde deixar as crianças no período em que estariam fora de casa, então surgiram as primeiras instituições educativas para cuidar das crianças: as creches. Conforme Spada (2005, p.2) este contexto histórico contribui:

[...] para que as creches fossem vistas como locais de acolhimento – guarda e proteção – das crianças carentes, cujas mães eram absorvidas pelo mercado de trabalho e, portanto, não poderiam assumir a responsabilidade pelos cuidados com a criança.

Diante desse processo histórico, com o aumento das indústrias, a partir dos anos de 1970, fez-se necessário a busca por mais mão de obra, isso fez com que as mães saíssem de suas casas para trabalhar, então o que poderia ser a solução em muitos casos, tornou-se um problema para outros, as crianças precisavam um lugar para ficar enquanto suas mães estariam fora de casa, um local onde as crianças receberiam os cuidados necessários.

Conforme aponta Merisse (1997, p.2, apud Spada, 2005):

As primeiras instituições voltadas ao atendimento da infância no Brasil tiveram seu início fortemente marcado pela idéia de oferecer “assistência” e “amparo” aos necessitados. As instituições médico-assistenciais e educacionais têm sua origem remota nos abrigos ou asilos que, desde a Idade Média, recolhiam os mais diversos tipos de desvalidos, a fim de evitar que estes ficassem expostos a intempéries e também para que fossem alimentados.

Carvalho (2006) destaca que o cuidado e a educação das crianças pequenas no Brasil, iniciaram a partir da metade do século XX, período marcado pela urbanização, industrialização, divulgação do discurso médico-higienista, constituição de um novo estatuto familiar e criação da república.

A construção da identidade das creches e pré-escolas a partir do século XIX em nosso país insere-se no contexto da história das políticas de atendimento à infância, marcado por diferenciações em relação à classe social das crianças. Enquanto para as mais pobres essa história foi caracterizada pela vinculação aos órgãos de assistência social, para as crianças das classes mais abastadas, outro modelo se desenvolveu no diálogo com práticas escolares. Essa vinculação institucional diferenciada refletia uma fragmentação nas concepções sobre educação das crianças em espaços coletivos, compreendendo o cuidar como atividade meramente ligada ao corpo e destinada às crianças mais pobres, e o educar como experiência de promoção intelectual reservada aos filhos dos grupos socialmente privilegiados. Para além dessa especificidade, predominou ainda, por muito tempo, uma política caracterizada pela ausência de investimento público e pela não profissionalização da área (BRASIL, 2013, p. 81).

De acordo com Carvalho (2006), é importante salientar que a história de atendimento escolar as crianças pequenas foi marcada por ações que privilegiavam a guarda das mesmas, que eram vistas como adultos em miniatura e em geral o atendimento destinava-se a crianças mais humildes. Sendo assim, as primeiras instituições que surgiram tiveram caráter puramente assistencialista.

Após todo esse movimento de caráter assistencialista, na qual a educação infantil foi criada, as reformulações políticas e educacionais começaram a garantir as crianças o direito a educação, que até então era concebido como um direito das mães, pois estas precisavam trabalhar.

A primeira lei criada a fim de garantir que as crianças pequenas pudessem ir a escola foi a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, esta foi formulada de 1947 a 1961, diante de vários conflitos entre os que eram a favor de uma escola pública e os que se colocavam contra, essa nova proposta foi aprovada no ano de 1961.

Considerando que a educação nacional está voltada para os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade que têm por fim a preservação dos direitos e deveres individuais, da família, das instituições sociais e do estado (Art. 1º, item a), tanto liberais quanto conservadores foram contemplados em relação aos seus desejos historicamente instituídos (MARCHELLI, 2014, p. 6).

A LDB de 61 denomina como pré- primária a educação dada a crianças menores de sete anos, e tem como finalidade “o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança e a sua integração no meio físico e social” (BRASIL, 1961).

Em agosto de 1971, houve uma reformulação da LDB de 61, que passou a denominar como 1º e 2º graus os níveis de escolarização, sendo que as crianças deveriam ter idade mínima de sete anos para o ingresso na etapa do 1º grau. As que tivessem menos de sete anos frequentariam os jardins de infância, escolas maternais e instituições equivalentes, conforme visto no Art. 19:

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes. (BRASIL, 1971).

A LDB de 1971 ficou em vigor até 1996 “quando foi aprovada uma nova LDB, reorganizando o sistema em termos da educação básica constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, que se faz seguir depois pela educação superior” (MARCHELLI, 2014, p. 1504). A partir de então, a educação infantil é concebida como uma etapa da educação básica, e ganha nova redação:

Art.22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. [...] Art.30A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade. II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1996).

Hoje, diferente do caráter assistencialista e preparatório, cuidar e educar são premissas indissociáveis, de forma a proporcionar ao sujeito inserido na educação infantil uma forma de desenvolvimento em todas as suas linguagens, compreendendo o mundo que o cerca e sendo parte integrante de sua transformação, além de zelar pelo respeito e cuidado com sua formação humana integral. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, educar:

Significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste contexto, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das

potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p. 23).

. O educar e o cuidar precisam andar juntos. É fundamental que ambos estejam dentro do planejamento da escola para que as crianças possam explorar diferentes formas de conhecer o ambiente e a si mesmo. O cuidado é parte essencial de toda a educação básica e expresso também nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação básica.

A dimensão do cuidado, no seu caráter ético, é assim orientada pela perspectiva de promoção da qualidade e sustentabilidade da vida e pelo princípio do direito e da proteção integral da criança. O cuidado, compreendido na sua dimensão necessariamente humana de lidar com questões de intimidade e afetividade, é característica não apenas da Educação Infantil, mas de todos os níveis de ensino. Na Educação Infantil, todavia, a especificidade da criança bem pequena, que necessita do professor até adquirir autonomia para cuidar de si, expõe de forma mais evidente a relação indissociável do educar e cuidar nesse contexto. A definição e o aperfeiçoamento dos modos como a instituição organiza essas atividades são parte integrante de sua proposta curricular e devem ser realizadas sem fragmentar ações (BRASIL, 2013, p. 89).

Criança está relacionado com o brincar, a infância é a idade onde as magias acontecem na imaginação das crianças, permitir esse momento é assegurar que as crianças se desenvolverão de forma integral, já que nas brincadeiras exteriorizam conhecimentos já existentes. Esse é um momento muito rico, pois, enquanto brincam, sentimentos são expressados.

Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem. (BRASIL, 1998, p. 28)

A garantia do acesso das crianças na Educação Infantil está assegurada em legislação e conforme a LDB 9394/96, a finalidade desta etapa é o desenvolvimento integral da criança:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Compreendendo que a educação infantil passou a ser reconhecida como uma importante etapa no desenvolvimento físico, afetivo, intelectual, linguístico e social das crianças (BRASIL, 1996), é preciso que os profissionais que atuam nesta etapa sejam capacitados para tal. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças. (BRASIL, 2013p. 86.).

Sabe-se que muitas são as mudanças que vem ocorrendo na sociedade, estas são refletidas nas escolas quando se faz uma comparação com as sociedades tradicionais. Essas diferenças podem ser descritas de modo que se antigamente existia mais proteção e segurança hoje em dia acredita-se muito mais no potencial das pessoas, as crianças não são mais vistas somente como reprodutoras de informações e sim como protagonistas de uma história.

A função da educação infantil nas sociedades contemporâneas é a de possibilitar a vivência em comunidade, aprendendo a respeitar, a acolher e a celebrar a diversidade dos demais, a sair da percepção exclusiva do seu universo pessoal, assim como a ver o mundo a partir do olhar do outro e da compreensão de outros mundos sociais. Isso implica em uma profunda aprendizagem da cultura através de ações, experiências e práticas de convívio social que tenham solidez, constância e compromisso, possibilitando à criança internalizar as formas cognitivas de pensar, agir e operar que sua comunidade construiu ao longo da história. (BARBOSA, 2009, p. 12)

Nos dias de hoje, as crianças estão inseridas em um mundo de oportunidades e novidades constantes que faz com que estas tenham suas experiências ampliadas, se adaptando mais facilmente em diferentes contextos, ao contrário de alguns anos atrás onde as crianças nasciam e cresciam dentro de casa sob os cuidados de pessoas mais velhas.

[...] as mudanças nos costumes demonstraram que as crianças não são passivas: elas observam, tocam, pensam, interagem o que nos possibilita afirmar que elas sempre foram ativas em suas interações com as pessoas adultas e os meios em que estavam situadas, mas a sociedade não reconhecia essa participação (BARBOSA, 2009, p. 15).

Historicamente, as instituições infantis surgem com um caráter assistencialista, o que hoje passa a ser questionado, tendo em vista o caráter educativo que assume. A família e a escola são as principais instituições responsáveis pela educação das crianças, por isso a importância de ambas trabalharem em prol de um mesmo objetivo: o desenvolvimento integral da criança.

Sabemos que as crianças que chegam as escolas trazem consigo muitas experiências oriundas da vivência diária com sua família, muitas vivências e comportamentos se constituem a partir deste contexto familiar. Alguns pensamentos e comportamentos são diversos dos princípios definidos pela escola, por isso a mesma precisa respeitar o contexto de

cada criança e ao mesmo tempo desenvolver um trabalho em conjunto em prol da proteção e dos direitos da criança.

### 3. PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

Na família a criança tem seu primeiro contato social. Neste ambiente também são aprendidos os valores que deverão ser seguidos perante a comunidade. Os reflexos da família são fortemente percebidos na escola, a partir disso, dá-se a importância de a escola e a família firmarem uma parceria para que o desenvolvimento das crianças se dê de forma integral.

A família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê. Nela ele recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar, e constrói suas primeiras formas de significar o mundo. Quando a criança passa a frequentar a Educação Infantil, é preciso refletir sobre a especificidade de cada contexto no desenvolvimento da criança e a forma de integrar as ações e projetos educacionais das famílias e das instituições. Essa integração com a família necessita ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e pré-escola, exigência inescapável frente às características das crianças de zero a cinco anos de idade, o que cria a necessidade de diálogo para que as práticas junto às crianças não se fragmentem (BRASIL, 2013, p. 92).

Na família a criança recebe seus primeiros ensinamentos. Ao chegar na escola é inserida em uma realidade diferente da que estava habituada, terá a convivência com outras crianças que serão diferentes entre si e essas diferenças precisam ser valorizadas pela escola. A realidade de cada criança pode influenciar o modo de ser de cada uma. Nesse sentido, conhecer a família e manter relação com a mesma se faz muito importante.

A educação perpassa as mais variadas fronteiras do conhecimento, sendo que a sociedade precisa da educação para poder se transformar positivamente. Nesse sentido Paulo Freire afirma que:

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos (FREIRE, 1991, p. 126).

Conforme Reis (2010), a criança que convive em um ambiente harmonioso, provavelmente irá apresentar resultados positivos no que diz respeito a sua vida e daqueles com que convive, ao contrário daquela que presencia brigas, discussões, em que o ambiente de convívio é conflituoso, provavelmente será uma criança insegura o que poderá afetar seu contato social.

A família e a escola são vistas como espaços de aprendizagem. Na família a criança geralmente aprende os ensinamentos culturais e hábitos que serão levados para a vida de maneira informal, sem um ensino sistemático. No momento em que começa a fazer parte da

escola, os aprendizados são diferentes, neste ambiente as crianças são inseridas em novas regras e novos conceitos educativos, a vivência passa a ser com diferentes pessoas fora do convívio familiar, pois a educação ocorre de maneira formal e sistemática.

O pilar mais importante na educação das crianças é a família. Levando em consideração a idade das crianças em questão a parceria entre a família e a escola precisaria ser ampliada, porém muitas vezes essa relação se torna conflituosa, cada família tem sua cultura, suas crenças, fatos que precisam ser respeitados pela escola. No Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), podemos observar que muitas vezes a escola dita as regras e as famílias devem segui-las.

Muitas instituições que agem em função deste tipo de preconceito têm procurado implantar programas que visam a instruir as famílias, especialmente as mães, sobre como educar e criar seus filhos dentro de um padrão preestabelecido e considerado adequado. Essa ação, em geral moralizadora, tem por base o modelo de família idealizada e tem sido responsável muito mais por um afastamento das duas instituições do que por um trabalho conjunto em prol da educação das crianças (BRASIL, 1998, p. 75).

O Brasil é um país de muitas diversidades culturais, essas são vivenciadas diariamente na rotina das escolas, que por serem instituições de ensino precisam acolher a todos sem distinção, tornando a relação com a família agradável, mantendo sempre um diálogo aberto, considerando-a uma parceira no processo educativo das crianças. Levando estes fatos em consideração, o respeito pelas diferenças deve ser cultivado e “novos caminhos devem ser trilhados na relação entre as instituições de educação infantil e as famílias” (BRASIL, 1998, p.76). Assim como as diferenças sociais de cada criança não devem influenciar no atendimento oferecido pelas escolas infantis, as escolas, sejam elas privadas ou públicas, também não devem diferenciar o modo como às crianças são tratadas, todos têm os mesmos direitos de receberem uma educação de qualidade.

Para construir o projeto educativo da escola, também se faz necessário compreender o contexto de vida no qual as crianças se inserem.

Faz-se necessário que a escola tenha informações sobre as práticas educativas familiares, assim como, a família conheça melhor os métodos de ensino-aprendizagem desenvolvidos na escola, para tanto, a escola precisa formular estratégias capazes de trazer as famílias para dentro da escola, fazendo com que interajam e compartilhem informações na busca pelo aumento na qualidade da educação como um todo (COSTA, 2017, p.4).

Quando a realidade dos alunos é considerada pelos professores, os mesmos sentem-se respeitados, o que resulta em maior segurança das crianças na escola, assegurando também um melhor desempenho de aprendizagem.

Por se tratar de crianças pequenas, essa relação com a família precisa ser constante, sendo muito importante para seu desenvolvimento. Em muitos casos, além da adaptação da criança, há também a adaptação da família em ter que ficar longe de seu filho, nesse momento é fundamental o apoio dos profissionais da educação assegurando que as crianças serão bem atendidas.

As trocas recíprocas e o suporte mútuo devem ser a tônica do relacionamento. Os profissionais da instituição devem partilhar, com os pais, conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e informações relevantes sobre as crianças utilizando uma sistemática de comunicações regulares (BRASIL, 1998, p. 79).

Nos dias de hoje, o professor não é mais visto como transmissor de conhecimento, o mesmo se encarrega de fazer com que os sujeitos se tornem críticos e parte do mundo em que são inseridos. Para desempenhar tal papel, se faz necessária a comunicação com a família. Paulo Freire destaca a importância de o professor ter a disponibilidade para o diálogo com o educando, conhecer sua realidade social, em que contexto ele vive. De modo que: “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história” (FREIRE, 2013, p.133).

O diálogo é uma importante ferramenta de ligação entre a escola e a família, por meio deste são estabelecidos acordos para que se tenha o bom andamento do processo educativo. Nesses acordos os profissionais da educação expõem suas idéias e ouvem o que os pais têm a dizer, tendo como objetivo final o bem-estar das crianças.

No livro “Educação de 0 a 3 anos: O atendimento em Creche” escrito por Elinor Goldschmied e Sonia Jackson, pode-se perceber que muitos são os conteúdos que os acordos abrangem, entretanto, destacam-se aqui os principais “(...) os horários de deixar e buscar as crianças e as reuniões com o educador referência. Outras questões importantes são limitações especiais na dieta, (...) rotinas diárias e cuidado corporal” (GOLDSCHMIED e JACKSON, 2006, p. 224-225).

Ao serem inseridas na escola, as crianças passam por um processo de “adaptação”, visto que agora precisam fazer parte de outro espaço de vida coletiva diferente do habitual e conhecido. Além das crianças, os pais também passam por essa etapa, mesmo que de forma indireta, pois se sentem inseguros em relação ao comportamento dos filhos, em relação a

insegurança dos mesmos. Este processo é chamado por Staccioli de acolhimento (2013, p.25):

Acolher uma criança na pré-escola significa muito mais do que deixá-la entrar no ambiente físico da escola, designar-lhes uma turma e encontrar um lugar para ela ficar. O acolhimento não diz respeito apenas aos primeiros momentos da manhã ou aos primeiros dias do ano escolar. O acolhimento é um método de trabalho complexo, um modo de ser do adulto, uma ideia chave no processo educativo.

O que Stacioli (2013) deixa claro nesta colocação é que acolher as crianças na escola infantil é algo que precisa ser considerado durante todo o ano letivo e não somente no início dele, por isso acolher é um método – tem passo a passo e modo de fazer, precisa ser pensado, refletido e colocado em prática. Por isso a escola precisa ver a família como parceira no processo de educação das crianças, mesmo que esta é compartilhada entre pais/professores deve ficar claro o papel de cada um. Esta parceria precisa ampliada de modo que possibilite que haja troca de experiências e saberes, já que se refere aos dois contextos em que a criança esta inserida.

Um ponto inicial de trabalho integrado da instituição de Educação Infantil com as famílias pode ocorrer no período de adaptação e acolhimento dos novatos. Isso se fará de modo mais produtivo se, nesse período, as professoras e professores derem oportunidade para os pais falarem sobre seus filhos e as expectativas que têm em relação ao atendimento na Educação Infantil, enquanto eles informam e conversam com os pais os objetivos propostos pelo Projeto Político Pedagógico da instituição e os meios organizados para atingi-los (BRASIL, 2013, p.94).

Quando se inicia a fase escolar, muitas crianças sentem-se inseguras, afinal, ainda não possuem relação com o novo espaço e com as novas pessoas que passará a conviver. A forma como os professores lidam com as situações cotidianas, neste contexto, significam muito para o acolhimento das crianças. Stacioli pontua que “o professor encorajador deve procurar estimular na criança auto estima, confiança, segurança, interesse social e a capacidade de cooperar e desenvolver as atividades” (STACIOLLI, 2013, p. 10).

Nesse processo de acolhimento na escola, muitos são os fatores contribuintes para que se obtenha resultado positivo, além da forma como o professor lida com as situações relacionadas às crianças, a organização do ambiente também é fundamental.

Um ambiente preparado e organizado sob medida para a criança é um local que expõe mensagens e solicitações. Não é um lugar neutro, uma zona culturalmente sem forças, nem um espaço casual. Em um ambiente bem preparado, as pessoas são levadas a agir de um modo e não de outro; [...]. Um ambiente confuso produz situações confusas, um ambiente muito rígido da origem a comportamentos desviantes, um ambiente muito vazio torna-se desmotivador, etc. Um ambiente

preparado expõe a criança a estímulos precisos e lhes envia sinais identificáveis (STACIOLLI, 2013 p. 35).

O professor precisa ser visto pelas crianças com confiança, afinal, passarão o ano juntos, nesta caminhada os profissionais da educação precisam estar atentos a todos acontecimentos dentro de uma sala de aula, esse olhar é fundamental nesse processo, levando em consideração que as crianças precisam do apoio dos adultos. Staciolli afirma que “o apoio pode ocorrer sem sobrepor-se à criança, sem exageros, sem colocar as crianças em situações problemáticas que não correspondem a sua capacidade” (2013, p. 40).

As crianças pequenas precisam sentir-se seguras diante de quem passa grande parte de seu tempo junto com elas. Essa segurança e, conseqüentemente, confiança, acontece no contato diário entre adultos e crianças. Algumas crianças por sua vez apenas recebem um abraço, um carinho, somente na escola, então porque não fazê-lo? Podemos aqui falar do brincar relacional<sup>5</sup>, sistema utilizado em muitas escolas para aproximar por meio de brincadeiras todos os envolvidos no processo educativo das crianças. “Produz senso de confiança, intimidade e prazer mútuo entre as pessoas envolvidas, que pode ser temporário ou fazer parte do processo de construção de uma relação de longo prazo” (GOLDSCHMIED e JACKSON, 2006, p. 230). Receber a criança de forma que se sinta a vontade ameniza as dificuldades encontradas no processo de acolhimento.

O processo de acolher as crianças durante o período de inserimento não é simples, é preciso levar em conta alguns fatores importantes, como por exemplo, o grande número de crianças, o ambiente diferenciado daquele em que estavam acostumadas, as regras ditadas pelos profissionais atuantes da escola, entre outros. Entretanto em meio a possíveis dificuldades, existe a motivação em querer tornar as crianças protagonistas, permitir que as crianças sejam crianças. “Talvez o princípio de acolhimento seja fácil de entonar e difícil de colocar em prática. Mas é um princípio que oferece também satisfação, interesse e um renovado prazer de construir a escola com crianças reais, em meio a pessoas de verdade” (STACIOLLI, 2013 p. 45).

A educação infantil é uma importante etapa no processo escolar, esta constitui-se como um momento de muitas descobertas, de cuidado e de atenção. É o início do desenvolvimento humano e tudo à sua volta é ou pode tornar-se conhecimento, tanto na relação com o objeto, como na interação com o ser humano que está ao seu redor. Para que

---

<sup>5</sup> É um sistema de interação física entre duas pessoas no qual o poder, o tamanho, a força e a habilidade tornam-se irrelevantes.

haja o bom andamento de todas as etapas é fundamental que a escola e a família busquem o mesmo propósito, firmem uma parceria em prol da educação das crianças.

O que se espera dessa parceria entre as famílias e a escola não é que uma assumo o papel da outra, mas sim, que ambas tenham uma boa relação a favor de um mesmo objetivo: o desenvolvimento da criança. Quando os pais dizem estar muito atarefados e sem tempo de frequentar a escola, dificulta o trabalho dos profissionais, pois a escola não tem com quem dividir a responsabilidade das ações educativas desenvolvidas com as crianças.

Muitas desculpas são justificativas do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser um processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa [...] a participação tutelada, cujo espaço de movimento fosse previamente delimitado (DEMO, 2001. p.19-20).

Todos nós sabemos que a correria do dia muitas vezes dificulta a participação dos pais junto à escola de seus filhos, quando se trata de pais trabalhadores que precisam cumprir horários se torna ainda mais difícil, nesse caso, não se trata de desinteresse e sim de uma realidade que não pode ser mudada. “As cuidadoras devem reconhecer que o fato de os pais não terem a tendência de se demorar na creche reflete a realidade de que eles estão com pressa para não chegar atrasados no trabalho” (GOLDSCHMIED e JACKSON, 2006, p. 226).

O primeiro passo para que haja participação, é ambas instituições se conhecerem (família e escola) e compreenderem seus papéis. A família antes de matricular seu filho em determinada escola, pode analisar seus documentos, a fim de entender a filosofia existente, observar os objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico. A criança ao ingressar na escola, traz consigo uma gama de conhecimentos, nesse momento a escola deve conhecer a realidade da criança, para, a partir desta, compreender seu contexto.

A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar consequência; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, observações de inferência e fatos de julgamentos (BORDENAVE, 1983, p.72-73).

A participação nas escolas se dá como uma necessidade, esta precisa ser incluída nos projetos das escolas de forma que todos os envolvidos no processo tenham direito de opinar quando acharem que se faz necessário, conforme Santos (2007, p. 95): “Todos tem o direito de intervir, de se expressar e ter acesso a qualquer informação. O canal de diálogo deve estar aberto a qualquer momento para que os protagonistas desse processo – pais, crianças e educadores – sintam-se incluídos, respeitados e valorizados”.

Compreendendo a importância da participação das famílias nas escolas, cabe discutir também quando há a participação da família de modo que esta questiona os projetos, sugere temas a serem trabalhados e a escola em geral (gestão e professores) se mostram desconfortáveis frente a presença da família, “[... ] vendo esse tipo de atitude como uma intromissão e uma tentativa de ameaçar a autoridade deles” (COSTA, 2017, p.2). Este tipo de atitude muitas vezes acaba afastando a família das atividades da escola, prejudicando a parceria tão fundamental para o desenvolvimento escolar das crianças.

Como vimos, é fundamental a participação da família na escola. Nesta participação, de acordo com Santos (2007, p.91), “(...) é valorizada a relação do desenvolvimento do trabalho cotidiano, da sensibilidade para se estabelecer um diálogo consistente, da clareza dos objetivos com enfoque na participação como algo que se possa e se consiga vivenciar plenamente”.

A participação da família na escola não deveria ser somente na sala da direção, na porta da sala de aula, nas datas comemorativas ou na entrega de avaliações, pois consideramos que dessa forma a participação se torna superficial. A família deveria se fazer presente durante todo o processo educativo de seus filhos. Corroborando com essa premissa, e sabendo dessa importância, o presente trabalho visa discutir esses aspectos, iniciando primeiramente com a compreensão da história da infância e da família e posteriormente discutindo como a parceria entre família e escola se efetiva no contexto educativo atual.

Para que haja um bom relacionamento entre a escola e a família, é preciso que se amplie o diálogo entre ambas, mantendo sempre o respeito, a compreensão na troca de opiniões, além disso, é importante que os professores passem confiança sobre o desenvolvimento de seus trabalhos. Conforme Staccioli (2013, p.150) “os professores têm a tarefa de fornecer as situações e as oportunidades para deixar claro às famílias o projeto da escola”.

A família tem o direito de saber o que se passa com as crianças na escola, além dos diálogos que podem acontecer em diferentes momentos, é importante documentar/registrar todas as atividades desenvolvidas. Staccioli (2013, p. 152) argumenta que “(...) é preciso que os conteúdos das produções das crianças sejam apresentados de modo que evidenciem mais os processos colocados em prática pelas crianças do que os resultados alcançados”, ou seja, precisamos construir uma cultura na escola de acompanhar os processos evolutivos das crianças e não somente a espera de resultados e produtos finais.

Quando, por motivos de cada família, a participação se torna dificultada, os profissionais mostrando que compreendem tal situação encontram maneiras de aproximar, mesmo que a distância, as famílias do dia-a-dia da escola. “[...] uma simples circular mensal é uma boa maneira de fazer todos saberem o que se passa na creche [...]. Os pais que nunca tem a chance de ver o que seus filhos fazem na creche, muitas vezes gostam de assistir *videoclips* que mostram as crianças brincando” (GOLDSCHMIED e JACKSON, 2006, p. 227).

Sabemos que durante a idade média as crianças eram vistas como seres passivos, hoje temos a certeza de que as crianças são ricas de sabedorias, capazes, curiosas, sujeitos históricos e de direitos (BRASIL, 2013). As crianças estão sempre dispostas a serem protagonistas dentro de uma sala de aula. Nesse sentido, cabe aos professores permitirem que isso aconteça, a escola que tem seus objetivos voltados ao desenvolvimento integral da criança deve estar ciente da importância de trabalhar firmando uma parceria com as famílias. Pensando nessas premissas, o próximo capítulo visa discutir, por meio da análise de alguns questionários, como esta parceria tem sido efetivada em algumas escolas infantis.

#### **4. REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: OLHARES DE PROFISSIONAIS SOBRE A ESCOLA INFANTIL**

O presente capítulo discorre sobre os dados produzidos dos questionários realizados com professores/as que atuam em turmas de Educação Infantil. O questionário é composto por cinco questões abertas que tinham como objetivo compreender como a parceria entre família e escola tem sido percebida por educadores infantis e de que maneira tem sido efetivada pelas escolas.

O questionário foi composto por cinco perguntas: 1) Como a escola mantém a parceria com a família das crianças que a frequentam?; 2) Você como profissional da educação, considera importante a participação da família no processo educativo das crianças?; 3) Sabendo da importância de conhecer a realidade das crianças, quais ações são desenvolvidas pela escola para efetivar esse ponto?; 4) Como os pais reagem ao ser solicitado sua presença na escola?; 5) Como a escola analisa a parceria com a família no processo desenvolvimento do processo educativo? Para organizar a análise, as questões foram divididas em três categorias. A primeira categoria trará informações em relação à família e desenvolvimento do processo educativo; a segunda categoria aborda a escola e a parceria com as famílias; e a terceira categoria disserta sobre as ações escolares para desenvolver a parceria.

As participantes dessa pesquisa foram sete professores/as de escolas de Educação Infantil, sendo dois no município de Aratiba/RS, quatro de Erechim/RS e um de Barão de Cotegipe/RS. Todas se mostraram abertas a participar e colocar a realidade vivida diariamente em suas escolas, conforme já especificado no capítulo 1, ao ser apresentada a metodologia do trabalho.

Por motivos éticos o anonimato dos/as professores/as será mantido, por isso serão identificados com letras: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7. Os códigos condizem com a ordem em que houve a entrega dos questionários. A seguir, cada sub capítulo aborda e discute os resultados obtidos na pesquisa, a fim de compreender como a família contribui para o desenvolvimento do processo educativo das crianças e de que maneira as parcerias entre família e escola tem sido firmadas nos contextos de trabalho dos participantes.

#### 4.1 FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCATIVO

Esta categoria de análise visa refletir sobre a contribuição da família no desenvolvimento do processo educativo das crianças. Para isso as perguntas analisadas são: Como a escola mantém a parceria com a família das crianças que a frequentam? Como a escola analisa a parceria com a família no desenvolvimento do processo educativo? Deste modo, quando questionados/as sobre como a escola mantém a parceria com a família das crianças que as frequentam, os/as professores/as P1 e P2 responderam que se dá por *“meio de palestras, reuniões, festas organizadas pela escola”*.

Ampliando o diálogo, P1 ainda acrescentou que *“esses momentos deveriam ser promovidos com mais frequência para haver uma maior interação entre as famílias e a escola”*. P3 colocou que a *“escola tem um grupo de pais que formam uma entidade presente nos eventos e colabora com a instituição”*, ainda afirmou que *“tem um dia específico uma vez por ano para a confraternização da família na escola, nos demais dias os pais comunicam-se com as professoras e direção através das agendas das crianças e com horários para sanar dúvidas”*. Além das respostas acima ainda foi citada que *“essa parceria pode acontecer por meio das agendas escolares e também na entrega dos pareceres avaliativos”* conforme afirmou a (o) participante P4.

O/a professor/a identificado/a como P5 relatou que *“a escola é aberta, os pais tem livre acesso para entregar e retirar na porta da sala, tendo contato direto com a professora. A direção e coordenação sempre estão disponíveis para diálogo, além de promover a “Família Amiga”, onde se comemoram as datas comemorativas da escola”*.

Conforme as respostas obtidas, pode-se concluir que a escola propicia formas para que seja feito um trabalho em conjunto, entretanto o que se nota é que essa parceria acontece, na maioria dos casos, com datas programadas. Como pontuado anteriormente, no capítulo 3, essa participação para ser efetiva não poderia acontecer somente nas datas comemorativas ou na sala da direção, essa parceria precisa ser vista de modo a ser incluída nos projetos das escolas, se tornando hábito do cotidiano (SANTOS 2007).

De uma forma ou de outra a escola procura manter contato com as famílias das crianças que a frequentam. Quando questionadas sobre como a escola analisa a parceria com a família no desenvolvimento do processo educativo, todas as professoras participantes afirmaram ser muito importante; P3 afirma que *“na família acontecem os primeiros aprendizados”*. P4 coloca que *“a criança se sente mais segura ao observar seus pais próximos á escola, ao ambiente que ela aprende e convive com seus amigos, fazendo da*

*escola uma extensão de casa*”. De acordo com a resposta anterior, cabe ressaltar que nas Diretrizes Curriculares Nacionais podemos afirmar que a escola é uma instituição com finalidades próprias, com objetivos diferentes daqueles oriundos dos ensinamentos de casa.

Fica assim evidente que, no atual ordenamento jurídico, as creches e pré-escolas ocupam um lugar bastante claro e possuem um caráter institucional e educacional diverso daquele dos contextos domésticos, dos ditos programas alternativos à educação das crianças de zero a cinco anos de idade, ou da educação não-formal. (...) As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças (BRASIL, 2013, p. 86).

A fim de ampliar as análises, P2 traz que *“a família e a escola são os principais suportes que a criança pode contar para enfrentar os desafios”*, conforme P1 *“essa união só traz benefícios, pois por meio dela há troca de informações sobre a vida escolar da criança e a vida em seu convívio familiar”*. Corroborando com as respostas anteriores, é notável que *“(...) a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social”* (DESSEN e POLONIA, 2007, p.22).

Conforme já citado, Goldschmied e Jackson (2006) trazem em seu livro que a escola precisa propiciar momentos em que haja a participação dos pais, entretanto deve levar em consideração os casos em que os pais trabalham e não dispõem de muito tempo na escola, nesse caso as autoras sugerem que a escola seja flexível a ponto de combinar os horários para ambos saíam satisfeitos.

Considerando os casos em que os pais trabalham e que a presença constante na escola se torna uma dificuldade, cabe aos professores/as, além da flexibilidade para promover esse momento, registrar o trabalho pedagógico desenvolvido, visando dar visibilidade ao que as crianças fazem. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil apontam que as instituições de ensino devem criar meios para que o trabalho pedagógico seja acompanhado, o artigo 10 pontua que *“IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;”* (BRASIL, 2013, p. 102). Cabe ressaltar que essa parceria precisa ter objetivos em comum no que diz respeito o desenvolvimento integral da criança, nessa parceria não há *“troca de papéis”*, ambas as instituições (família e escola) precisam se conhecer para haja confiança, nesse sentido o diálogo se faz muito importante.

De acordo com os trechos retirados de algumas falas dos/as professores/as e associados com os referenciais teóricos que dão créditos a essa pesquisa, é possível perceber que a escola se preocupa e vê como fundamental essa parceria entre os envolvidos no processo educativo das crianças. Unindo as questões que compõe essa primeira categoria, pode-se concluir que a escola reconhece a importância de manter a família presente e a faz de modo que beneficie ambas as partes.

## 4.2 ESCOLA E PARCERIA COM AS FAMÍLIAS

No sub capítulo anterior, foi refletido sobre a importância de existir uma parceria entre a escola e a família, visando o desenvolvimento do processo educativo das crianças. Já neste sub capítulo serão analisadas as questões que se relacionam a parceria entre família e escola infantil: Você como profissional da educação, considera importante a participação da família no processo educativo das crianças? Como os pais reagem ao ser solicitado sua presença na escola?

Ao serem questionados/as se consideram importante a participação da família no processo educativo das crianças, P2 afirmou que *“percebe-se muito bem o desenvolvimento das crianças em que os pais se preocupam e se interessam com a vida escolar de seus filhos”*. P5 destacou que *“é de fundamental importância a participação da família, pois assim conhecemos os costumes e a cultura de cada criança, podendo atender melhor as necessidades delas”*.

Com base nas respostas obtidas e com o que foi dito no decorrer do presente trabalho a participação da família no processo de ensino-aprendizagem se faz necessária e é de grande importância, sendo um direito fixado no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53, parágrafo único: *“É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”* (BRASIL, 1990).

Como já vimos, é na família que a criança recebe os primeiros ensinamentos e são esses que constituem o início de sua trajetória formativa inicial, por isso cabe a mesma fazer essa mediação deixando claros os ofícios de cada uma, sendo de fundamental importância que a participação frequente da família nas escolas.

Nesse contexto pais e educadores buscam, sem a intenção de transferir responsabilidade e sim estabelecer diálogos, instituir formas de interações sociais que propiciem a participação e a cooperação entre as famílias e a escola. Através

dessa relação crianças aprendem, interiorizam conteúdos e constituem sua identidade. (RIBEIRO, 2011, p. 21).

Nesse processo a família e a escola são duas instituições de ensino distintas, porém interdependentes, como vimos, ambas tem os mesmos objetivos em comum no que diz respeito à educação e o desenvolvimento educativo das crianças.

Sobre a reação dos pais ao serem solicitados na escola, a professora P5 relatou que *“em geral aceitam a solicitação com serenidade e tranquilidade se dispendo a colaborar”*. P1 destacou que *“é solicitado todos os finais de trimestre ou quando há necessidade a presença dos pais na escola”*. P3 afirma que *“num diagnóstico geral, podemos considerar boa a participação das famílias quando solicitadas”* e P4 coloca que *“a reação dos pais pode variar dependendo do assunto a ser tratado, da sua relevância e da frequência com que são convocados”*.

Como mencionado, os pais têm o direito de acompanhar o processo de ensino aprendizagem das crianças, bem como interferir no mesmo no que achar necessário, para que isso ocorra toda comunidade escolar precisa estar a par e ciente das responsabilidades.

Uma das funções da escola é buscar uma aproximação com as famílias de seus alunos, pois enquanto instituição pode promover atividades como: interação e apoio com diversos profissionais como psicólogos, fazer visitas aos familiares, reuniões de pais e mestre com maior frequência, bem como a realização de trabalhos técnicos com a participação dos familiares para que estes possam conhecer os conteúdos que seus filhos estão desenvolvendo nas diversas atividades curriculares, proporcionando ligação entre escola-família- professores (SOUSA, 2012. p. 14).

Muitos são os fatores contribuintes para que a participação seja ativa nas escolas, conforme Sousa:

A discussão sobre como envolver a família no processo de aprendizagem na escola não é recente, promover a co-responsabilidade exige desafios. Mas a mudança e a perspectiva de integração entre família e escola devem ser incentivadas e analisadas constantemente. Esta luta se faz necessária para contribuir no processo de ensino-aprendizagem do educando, pois somente com a família interagindo com as escolas é que terá além de uma boa formação, uma preparação para tomar atitudes para enfrentar as dificuldades que certamente virão no decorrer de sua vida. (SOUSA, 2012, p. 6).

Para que haja o envolvimento das famílias nas escolas, é fundamental que ambas se conheçam e saibam quais os objetivos pretendem ser alcançados. No próximo sub capítulo será abordada a importância de conhecer as realidades em que os alunos estão inseridos, além das ações desenvolvidas pela escola para efetivar esse processo.

### 4.3 AÇÕES ESCOLARES PARA DESENVOLVER A PARCERIA

Na terceira categoria de análise, serão abordadas as ações escolares para desenvolver tal parceria, levando em consideração a importância de conhecer a realidade das crianças. Para isso a questão analisada será: Sabendo da importância de conhecer a realidade das crianças, quais ações são desenvolvidas pela escola para efetivar esse ponto?

Dentro de uma escola existem muitas diversidades, sejam elas culturais, étnicas ou raciais, todas essas diferenças precisam ser respeitadas e valorizadas pelos profissionais da educação. Os primeiros ensinamentos são passados em casa, entretanto, muitas crianças passam grande parte do seu tempo na escola, em alguns casos mais do que em casa, nesse sentido em uma sala de aula os professores são espelhos para os alunos.

É notável que as crianças expressem seus medos e desejos na escola, cabe aos professores observar essas atitudes para saber trabalhar com elas, todo esse processo inicia com um diálogo para conhecer a realidade em que estão inseridas para, a partir disso, trabalhar com as diferenças.

A diversidade cultural pode ser vista como assunto de projeto da escola, visto que ao chegar à escola os alunos trazem consigo muitos conhecimentos externos que vivenciam cotidianamente. Dentro de uma sala de aula o convívio é diário, entretanto, fora dela, pode ser que os colegas nem sabem onde cada um mora, aproximar a realidades das crianças é aproximar a elas mesmas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, ainda é bastante presente nas instituições de ensino o desrespeito as desigualdades, sendo um desafio enfrentado nas escolas.

O quarto desafio a ser enfrentado pelas instituições de educação e de ensino está ligado à perspectiva do respeito às diversidades como aspecto fundamental na reflexão sobre as diversas formas de violência que ocasionam a negação dos Direitos Humanos. Nesse sentido, o reconhecimento político das diversidades, fruto da luta de vários movimentos sociais, ainda se apresenta como necessidade urgente no ambiente educacional, dadas as recorrentes situações de preconceitos e discriminações que nele ocorrem. (BRASIL, 2013, p. 511).

A citação acima demonstra uma preocupação por parte dos profissionais da educação em relação às diversidades, aproximar as crianças de diferentes realidades fará com que compreendam as diferenças e saibam lidar com as mesmas, nesse sentido aproximar as famílias da escola terá grande relevância.

De acordo com os/as professores/as, pode-se observar que tais ações ocorrem somente no início do ano letivo, conforme P2 “*uma reunião geral no início do ano para falar sobre o desenvolvimento do ano letivo e uma entrevista individual de cada aluno, onde os pais tem a oportunidade de tirar suas dúvidas e também o professor de conhecer melhor seu aluno*”. O/a participante P4 relatou que:

*Um procedimento que ajuda nesse ponto é a anamnese, entrevista realizada no início do ano letivo com cada família. É durante essa entrevista inicial que o professor dialoga com os pais e conhece as crianças, pelo menos as informações mais importantes. As questões são pré- elaboradas, porém o professor tem a liberdade de pedir mais informações se achar pertinente, [...] as informações iniciais concebidas pelos pais nos ajudam para conduzir da melhor forma as propostas pedagógicas considerando as peculiaridades de cada aprendiz.*

Ao se deparar com a escola, algumas crianças se sentem retraídas em função de não conhecerem quem serão seus pares durante a rotina escolar. Neste momento de chegada na escola é necessária uma atenção diferente. Staccioli chama esse momento de acolhimento e afirma ser importante que haja a valorização para que a criança se sinta parte do processo.

*A chegada das crianças na pré-escola é sempre um momento importante, e de certa forma imprevisível. (...) Acolher as crianças significa deixar espaço e tempo para que as histórias de todas elas possam se desenvolver com calma para que cada uma possa sentir a continuidade entre a experiência familiar e a escolar e possa encontrar o modo de fazer passa a ansiedade ou o próprio entusiasmo (STACCIOLI, 2013, p. 39).*

Propiciar esse momento é de extrema importância no processo de adaptação das crianças, como mencionado no decorrer do texto, esse momento muitas vezes é mais difícil para as famílias do que para as próprias crianças, nesse sentido, cabe aos professores criarem situações para que a participação seja mais efetiva. Conforme Staccioli, 2013, p. 53 “as oportunidades de colaboração prática dos pais na vida da escola representam um aspecto essencial da relação escola/família”.

Ribeiro (2011) aponta a importância de haver entre ambas as instituições de ensino (família e escola) um diálogo a fim de dividir as opiniões sobre desenvolvimento educativo das crianças.

*A família e a escola enquanto instituições indispensáveis ao processo de aprendizagem têm como objetivo primordial o ato educativo, nesse contexto, emergem atitudes capazes de propiciar o desenvolvimento humano. Dessa forma, compartilhar, dividir e contribuir cada uma a sua maneira para que este processo se efetive com sucesso deve ser a finalidade de ambas (RIBEIRO, 2011, p. 38).*

O sucesso discutido por Ribeiro (2011) engloba acompanhar todas as vivências das crianças, conforme comenta o/a participante P5 [...] *“a escola é aberta, o diálogo flui entre professores, famílias, coordenação e direção para que diante dos conflitos ou problemas as soluções sejam encontradas em comum acordo, de acordo com as possibilidades em alcance”*.

Com base nas respostas destacadas em alguns questionários pode-se ter uma prévia de quais são as ações são desenvolvidas pela escola afim de efetivar essa parceria, visto ser fundamental conhecer a realidade das crianças, nesse sentido as autoras Oliveira e Araujo 2010, apud (Marques 1999) destacam algumas formas de envolvimento das famílias na escola:

(...) Defende a existência de cinco tipos de envolvimento: a) os pais ajudarem os filhos em casa, que diz respeito à função dos pais em atender as necessidades básicas dos filhos e em organizar a rotina familiar diária; b) os professores comunicarem-se com os pais, que se refere à função da escola de informar os pais acerca do regulamento interno da escola, dos programas escolares e dos progressos e dificuldades dos filhos; c) envolvimento dos pais na escola, apoiando voluntariamente a organização de festas e alunos com dificuldades de aprendizagem; d) envolvimento dos pais em atividades de aprendizagem, em casa, participando da realização de trabalhos, projetos e deveres de casa; e) envolvimento dos pais na direção das escolas, influenciando e participando da tomada de decisões, se possível (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2010).

A citação acima corrobora com o que foi dito durante este sub capítulo levando em consideração as respostas obtidas nos questionários, é possível e se faz necessário para o bom desenvolvimento do processo educativo o envolvimento das famílias na escola.

De acordo com os resultados obtidos, é possível compreender que as aprendizagens das crianças não se dão no vazio, que as mesmas carregam consigo suas vivências prévias, nesse sentido Ribeiro (2011) pontua que:

(...) a família exerce papel fundamental no processo de desenvolvimento e aprendizagem humana, tendo em vista que a aprendizagem da criança se inicia antes da aprendizagem escolar. Sendo assim, as aprendizagens da criança na escola têm uma pré-história, nunca partem do zero e também nunca estão acabadas, podendo ser enriquecidas por meio da vivência e da experiência (RIBEIRO, 2011, p. 40).

Visto a importância de conhecer a realidade em que as crianças estão inseridas, compreendendo que as mesmas expõem seus conhecimentos prévios enquanto estão na escola, pode-se observar, conforme algumas respostas citadas pelos/as professores/as, que as ações envolvidas nesse processo acontecem no início do ano e em datas comemorativas em que envolve toda a comunidade escolar, não ficando claro se durante a jornada escolar é propiciado algum outro momento para que esse ponto seja efetivado.

Conforme dito anteriormente no decorrer do texto, quando as diferenças das crianças são valorizadas pelos/as professores/as, as mesmas se sentem respeitadas e motivadas, ao contrário das que sofrem preconceito, onde cria-se uma barreira que dificulta esse processo. Diante das constatações anteriores, podemos assegurar que o aprendizado das crianças não se dá no individual, esse processo condiz a uma ação conjunta que precisa ser valorizada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pôde afirmar que a parceria entre família e escola é fundamental para o bom desenvolvimento das crianças, entretanto, pode-se perceber por meio das produções de dados dos questionários, que as ações não são constantes, já que a participação dos pais é comumente percebida nas datas comemorativas e reuniões.

Durante a elaboração deste trabalho, num primeiro momento foi possível compreender a história social da criança, bem como a sua inserção na comunidade. Por muitos anos as crianças foram vistas como seres insignificantes, que não tinham sentimentos, tanto que morriam em grande número e não causava “estranhamento” para as famílias. Levou-se um tempo até que os conceitos fossem mudados. Hoje ainda é possível perceber em algumas culturas a falta do reconhecimento das crianças como seres sociais e de direitos.

A partir do momento em que se muda o olhar sobre a criança, principalmente após a implementação das indústrias e conseqüentemente a necessidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho, começou a surgir a preocupação de onde deixar as crianças no período em que a mães estivessem fora de casa, fato que alavancou as primeiras escolas infantis, inicialmente concebidas apenas com caráter assistencialista, as de caráter mais educativo podiam ser frequentadas somente pelos que havia maior poder aquisitivo. Aos poucos as leis foram sendo mudadas e a educação passou a ser um direito de todos, assegurando a indissociabilidade do cuidar e do educar.

A parceria entre as famílias e a escola foi o terceiro ponto a ser tratado nesse trabalho, neste momento foram trazidos autores que tratam sobre o tema, visto que essa parceria só tem pontos positivos a serem destacados. A família é a primeira instituição de ensino que as crianças são inseridas, nela são passados valores que deverão ser levados consigo durante a vida. Ao chegarem a escola (segunda instituição de ensino), se deparam com uma realidade que pode causar estranhamento, pois conviverão diariamente com pessoas até então desconhecidas, nesse sentido a parceria entre ambas as partes tem como objetivo que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de melhor maneira, ressaltando que, mesmo distintas, caminham em prol do mesmo objetivo, um dos motivos pelo qual o diálogo entre as partes se faz necessário, para que ambas se conheçam e busquem o melhor para as crianças.

Os/as professores/as participantes estão cientes de que, quando há a participação efetiva das famílias, o desempenho das crianças se dá de forma mais positiva. A presente pesquisa aconteceu em diferentes municípios do Norte do Rio Grande do Sul, entretanto, com base nos resultados, é possível notar que a essência de ensino é tradicional em todas as

escolas, motivo este que me leva a querer aprofundar essa pesquisa futuramente para compreender o motivo pelo qual as famílias são pouco incluídas no processo escolar, mesmo sabendo a importância dessa parceria. A fim de ampliar os conhecimentos relativos ao tema, futuramente a pesquisa se dará com base em um questionário com os pais e com as crianças, penso ser conveniente, após ter o relato dos professores, ouvir também as famílias.

No decorrer do texto foi comentado que as crianças chegam a escola com muitos conhecimentos prévios e esses são expressados diariamente na convivência com seus pares, quando a parceria entre a família e a escola é ativa e o diálogo é presente facilita a resolução de possíveis problemas que possam vir a acontecer. Ao falar em parceria não se pretende que os papéis sejam invertidos e um assumam as responsabilidades dos outros, espera-se uma união entre os mesmos.

Portanto, com base nos referenciais teóricos associados às respostas obtidas na pesquisa, conclui-se que, em relação às escolas, esse processo ainda é distante, mesmo após os/as profissionais da educação assegurarem em suas respostas que a parceria é fundamental para o desenvolvimento do processo educativo das crianças, ficou claro que na maioria das escolas as ações são promovidas pela direção.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. - 2.ed.-[Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil -bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Ministério da Educação. Brasília, 2009. Disponível em:[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat\\_seb\\_praticas\\_cotidianas.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf). Acesso em 13 de outubro de 2017.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional da Saúde**. Resolução n. 466, Brasília: [s.n.], 12 dez. 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em 07 outubro. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Convenção Sobre os Direitos da Criança- Preâmbulo**. Decreto no 99.710, de 21 de Novembro de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm). Acesso em 15 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em 10 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 27 de Setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 27 de Setembro de 2017.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **A emergência das instituições de Educação Infantil.** História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 20, p. 115-134, set. 2006. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

COSTA, Greice Quelle C. **Relação entre família e Escola: Desafios e possibilidades.** Santo Ângelo: Uníntese/ 2017.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez, 2001.

DESLANDES, S. F. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual.**In: MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. R. (orgs.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DESSEM, Maria Auxiliadora e POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Paidéia, 2007, 17(36), 21-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2017.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez; 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa.** 44ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FULY, Viviane Morreto Silva da; Veiga Georgea Suppo Prado. **Educação infantil: da visão assistencialista à educacional.** Interfaces da Educ., Paranaíba, v.2, n.6, p.86-94, 2012. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/588/552>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

GOLDSCHMIED, Elinor. JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: O atendimento em creche.** Grupo A. Porto Alegre, 2006.

MARCHELLI, Paulo Sergio. **Da LDB 4.024/61 ao Debate Contemporâneo sobre as Bases Curriculares Nacionais.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1480 - 1511 out./dez. 2014 ISSN: 1809-3876. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OLIVEIRA Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO Claisy Maria. **A relação família-escola: intersecções e desafios.** Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento. *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, 70910-900, Brasília, DF, Brasil. Estud. psicol. (Campinas) vol.27 no. 1 Campinas Jan./Mar. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2010000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000100012). Acesso em 20 de Novembro de 2017.

RIBEIRO, Laís Souza. **A participação das Famílias na vida escolar dos filhos.** Universidade de Brasília- UnB / Faculdade de Educação- FE. Brasília, 2011. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3132/1/2011\\_LaisSouzaRibeiro.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3132/1/2011_LaisSouzaRibeiro.pdf). Acesso em 02 de outubro de 2017.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

REIS, Liliani Pereira Costa dos. **A participação da família no contexto escolar /.** Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/MONOGRAFIA-LILIANI-PEREIRA-COSTA-DOS-REIS.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

ROCHA, Isabelle Barros Meira da. **Nas entrelinhas da Moda: Uma análise da experiência de consumo entre moradoras do bairro São José, em São João Pessoa- Paraíba.** Universidade Federal de Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Sociologia. João Pessoa/PB, 2015. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7820/2/arquivototal.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, Jacqueline Pereira De. **A Importância da Família no Processo de Desenvolvimento da Aprendizagem da Criança.** INESC – Instituto de Estudos Superiores do Ceará Pró-Reitoria de Educação Continuada. Fortaleza – 2012. Disponível em: [https://www.apec.org.br/extra/artigos\\_cientificos/A\\_IMPORTANCIA\\_DA\\_FAMILIA\\_NO\\_PROCESSO\\_DE\\_DESENVOLVIMENTO\\_DA\\_APRENDIZAGEM\\_DA\\_CRIANCA.pdf](https://www.apec.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf). Acesso em 15 de novembro de 2017.

SPADA, Ana Carolina Machado, **Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos.** UNESP, 2005. Disponível em: [http://www.faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/iG3tNqxQCLnBRLr\\_2013-6-28-12-6-20.pdf](http://www.faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iG3tNqxQCLnBRLr_2013-6-28-12-6-20.pdf). Acesso em 12 de setembro de 2017.

STACCIOLLI, Gianfranco. **Diário do acolhimento da história da Infância.** Tradução (do Italiano) Fernanda Ortale e Ilse Paschoal Moreira. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

## **APÊNDICE 1**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

#### **Maiores de 18 anos**

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa sobre “As relações entre a família e a escola infantil.”, que tem como objetivo: Compreender como a parceria entre família e escola colabora no processo do desenvolvimento das crianças da Educação Infantil.

A educação infantil é uma importante etapa no desenvolvimento integral das crianças, esse questionário justifica-se justamente para compreender de que forma acontece a parceria entre gestores/professores juntamente com os pais. Sabendo que: “A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar consequência; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, observações de inferência e fatos de julgamentos” (BORDENAVE, 1983, p.72-73).

#### **PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO**

A minha participação no referido estudo, será através de um questionário com perguntas já semi estruturadas, organizada pela pesquisadora Liliane Andressa Beux, discente do curso de licenciatura em Pedagogia da UFFS- Campus Erechim, que servirá como base para reflexões e produção de dados para sua pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

#### **SIGILO E PRIVACIDADE**

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. A pesquisadora se responsabiliza pela guarda e confidencialidade dos dados. Assim, concordo que o material e as informações obtidas relacionadas à minha pessoa, possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome. O questionário ficará sob a propriedade do responsável pela pesquisa.

## AUTONOMIA

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

## CONTATO

A pesquisadora responsável pela pesquisa é Liliane Andressa Beux, discente da Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Erechim, e com ela poderei manter contato pelo telefone (54) 99682-7550 e pelo endereço eletrônico: lilibeux@gmail.com.

## DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada nos pelo pesquisador responsável da pesquisa. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar.

<b>Dados do participante da pesquisa</b>	
Nome:	
Telefone:	
e-mail:	

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

## APÊNDICE 2

### **Perguntas semi-estruturadas:**

- 1- Como a escola mantém a parceria com a família das crianças que a frequentam?
  
- 2- Você como profissional da educação, considera importante a participação da família no processo educativo das crianças?
  
- 3- Sabendo da importância de conhecer a realidade das crianças, quais ações são desenvolvidas pela escola para efetivar esse ponto?
  
- 4- Como os pais reagem ao ser solicitado sua presença na escola?
  
- 5- Como a escola analisa a parceria com a família no desenvolvimento do processo educativo?